

• Constituinte

DÍVIDA GAZETA MERCANTIL

17 JUN 1988

Cresce movimento por esvaziamento da questão dos débitos de empresas

O presidente José Sarney poderá assinar até o início da próxima semana, um decreto-lei que reescale e crie condições especiais de pagamento para dívidas contraídas pelas microempresas durante o período do Plano Cruzado. Com esta iniciativa, o governo se anteciparia à decisão da Constituinte e poderia esvaziar a votação das emendas que propõem anistia dos débitos dos pequenos e médios empresários.

A Agência Globo conta que, ontem, todo o movimento de parlamentares no Palácio do Planalto girou em torno de uma negociação que possibilite a rejeição das emendas apresentadas pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e pelos deputados Ziza Valadares (MG) e Humberto Souto (PFL-MG). Enquanto, no seu gabinete do terceiro andar, Sarney ouvia do deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) a avaliação de que, se o governo não tomar uma iniciativa, "a anistia será inapelavelmente aprovada" pelos constituintes, e informava o deputado Oswaldo Coelho da sua intenção de reavaliar a posição do governo, o ministro Costa Couto recebia, no Gabinete Civil, sugestões de parlamentares para a redação do decreto.

O deputado Benito da Gama (PFL-BA) criticou a metodologia que está sendo usada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para quantificar o montante da dívida que seria perdoada pela Constituinte.

Benito da Gama garante que os próprios técnicos do Banco Central ainda não conseguiram chegar ao número correto. Além disso, o ministro, quando chega ao valor de US\$ 10 bilhões, "soma os prejuízos causados pelas três emendas, quando elas são excluídas entre si". O deputado calcula que esse número não passe de US\$ 1 bilhão, caso seja aprovada a emenda de Humberto Souto.

IZAR

O deputado Ricardo Izar também passou grande parte da manhã no Gabinete Civil, negociando a solução do decreto. Ele informou que o Banco Central solicitou a todos os bancos um balanço da posição das dívidas contraídas pelos microempresários no período do Plano Cruzado e apenas o Unibanco e o Banco Real ainda não haviam entregue os relatórios. Esses dois bancos já estão negociando individualmente suas dívidas, independentemente da decisão do governo ou da Constituinte.

Cardoso diz que 287 votam contra separação

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse ontem que conquistou o apoio do presidente José Sarney para a defesa da unidade territorial do estado, ameaçada nas Disposições Transitórias por uma emenda do deputado Homero Santos (PFL-MG) propondo a realização de um plebiscito na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Mesmo reconhecendo que a proposta divisionista não tem chances de passar na Constituinte, Cardoso ressaltou que o importante é o resultado da votação não deixar seqüelas.

De acordo com a Agência Globo, o governador de Minas informou que um total de 287 dos 559 constituintes discordaram ontem da tese

separatista. Sobre as eleições municipais, ele lembrou que sua "pregação" em favor do pleito não foi em vão, já que não só a bancada mineira, como também seus amigos de outros estados, votaram favoravelmente pela manutenção do calendário eleitoral.

Ao falar ontem para uma turma de 115 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), Cardoso defendeu um programa de privatização das estatais, como forma de reduzir o déficit público.

Na sua avaliação, a crise é resultado de três fatores: a suspensão de investimentos internos no País, os prejuízos causados pela moratória e o emprego na máquina administrativa da União.